

Seleção Pública para Provimento de Vagas de Estágio e Formação de Cadastro de Reserva no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG - EDITAL 04/2024
Curso de Graduação História
Conhecimentos específicos

GABARITO DEFINITIVO: as respostas corretas estão destacadas

1. De acordo com Jacques Le Goff “ a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem”. Nesse sentido podemos afirmar que:

- A história é verdade, para isso a necessidade de provar qualquer fato acontecido por meio de documentos escritos. Desse modo, a afirmação de Le Goff é incoerente.
- Não é possível narrar a história sem documentos escritos, uma vez que é a única forma de acessar o passado.
- Fontes orais é um perigo para a escrita da História, o seu uso enfraquece a narrativa provocando dualidades e incoerências factuais.
- **Por meio da materialidade dos objetos, das marcas de uso e proveniência, é possível trazer questões antes ignoradas pelos pesquisadores, tornando-se um suporte para a documentação escrita.**
- Cópias de documentos não podem ser utilizadas por historiadores, visto que são tendenciosas e a falta de autenticidade condiciona impossibilita o seu uso.

2. A Escola de Annales foi um movimento historiográfico do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês Annales d’histoire économique et sociale e destacou-se por incorporar novos métodos à história. Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, é correto afirmar que:

- **A abordagem defendia a necessidade de analisar as estruturas não apenas políticas, como também econômicas, sociais e culturais de longo prazo.**
- Orientou para a utilização apenas de documentos oficiais e fontes primárias para o embasamento de produções historiográficas, garantindo a veracidade das informações.
- A Escola dos Annales orientou a construção histórica focada exclusivamente nos grandes eventos políticos.
- A Escola dos Annales foi responsável por influenciar a corrente historiográfica da

História das mentalidades.

- A abordagem da Escola dos Annales foi responsável por consolidar o campo da História como independente dos campos da sociologia, economia, geografia e antropologia.

3. Qual a definição mais apropriada para Educação Patrimonial?

- Processos educativos formais e não formais desenvolvidos apenas em espaços museológicos com o objetivo de promover a compreensão sócia histórica e a “alfabetização cultural” da sociedade.
- Processos educacionais informais que se utilizam da participação de agentes culturais e sociais, mas que não dialogam com as comunidades detentoras e produtoras das referências.
- Processos educativos que busquem valorizar a cultura formal, garantindo que o Patrimônio Cultural seja um campo sem conflitos de diferentes segmentos, setores e grupos sociais.
- Processos educativos formais desenvolvidos apenas em âmbito escolar com o objetivo de criar ferramentas de compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.
- **Processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócia histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.**

4. Dentre as opções abaixo, qual transcrição é a correta:

- 1:000\$000 - mil cruzados
- 1:000\$000 - mil réis
- **1:000\$000 - um conto de réis**
- 1:000\$000 - um milhão de réis
- 1:000\$000 - um milhão de contos de réis

5. Na leitura de documentos do período moderno é comum a presença de abreviações a fim

de facilitar a escrita pelo escrivão. Assim, qual é a correta transcrição da seguinte sentença:

“**P. a V. Sa assim lhe defira. E. R. Mce**”.

- Para a Vossa Santidade assim lhe defira. E Receberá Mercê.
- Para a Vossa Senhora assim lhe defira. Espero Resolução e mercês.
- Proíbo a Vossa Senhoria assim lhe defira. Espero Retorno à mercê.
- **Pede a Vossa Senhoria assim lhe defira. E Receberá Mercê.**
- Parte a Vossa Senhoria assim lhe defira. E Rogo Mercê.

6. Qual legislação é a mais apropriada para pensar a função do Estado na salvaguarda do acervo documental?

- Artigo 215º da Constituição Federal: “Estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e determina as formas de incentivo, valorização e de difusão das manifestações culturais. O artigo estabelece ainda a criação do Plano Nacional de Cultura, de caráter plurianual”.
- Artigo 216º da Constituição Federal: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.
- **Artigo 1º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.**
- Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986: “Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob a jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento, ou fortuna do mar, e dá outras providências”.
- Artigo 46º da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937: “Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”.

7. Durante mais de trezentos anos, o Brasil fez uso de mão de obra africana escravizada para sustentar a sua economia e com isso gerar riquezas. Em consequência disso, milhares de pessoas foram sequestradas e forçadas a sair de sua terra originária, sofrendo as mais diversas atrocidades. Dentre as inúmeras reparações ao povo negro, o direito à memória é uma delas. Assim, assinale as afirmações que são verdadeiras e falsas:

- ★ Nada se pode fazer, visto que grande parte dos escravizados não era alfabetizada, portanto, não legaram documentos escritos.
- ★ As fontes oficiais do Estado, por serem produzidas pelo colonizador, nada têm a contribuir na escrita da História do povo negro.
- ★ É preciso organizar, sistematizar e divulgar todos os documentos produzidos no período, a fim de contribuir na interpretação do passado sobre a escravidão e os males causados por ela.
- ★ Questionar de forma crítica a documentação que resistiu alinhando com metodologias que possam resgatar a agência e resistências dos escravizados na sociedade colonial e imperial.
- ★ A escravidão é um trauma do passado que precisa ser esquecido, portanto, não é preciso reparação histórica.

A ordem CORRETA é:

- **F;F;V;V;F**
- V;F;V;F;V
- F;F;V;V;V
- V;V;F;V;F
- V;V;F;F;V

8. Qual foi o objetivo central da divisão do território mineiro em comarcas durante o século XVIII?

- Criar novos cargos administrativos para a máquina judiciária.
- Auxiliar no desenvolvimento econômico de pequenas regiões.
- Aumentar o poder local para amparar a independência mineira.
- **Preencher as lacunas político-administrativas e auxiliar o funcionamento da justiça e do Estado Régio.**

- Uniformizar o aparato jurídico no território brasileiro.

9. O “Direito ao esquecimento” é um recurso jurídico utilizado como forma de impedir que informações individuais, mesmo que verdadeiras, sejam expostas ao público. No entanto, o Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu que tal direito é incompatível com a Constituição. Dessa forma, tendo como base o saber histórico, a decisão do STF foi:

- Errada, traumas do passado precisam ser esquecidos para que possam ser superados e a sociedade seguir adiante em progresso.
- **Correta, a decisão do Supremo baseou-se no fato de que a memória é um processo de construção coletiva e de interesse público e não uma questão individual.**
- Errada, o Estado não pode interferir na exposição da memória individual.
- Errada, apenas informações falsas não devem ser expostas como forma de impedir os crimes de difamação e calúnia.
- Correta, pois é de responsabilidade apenas do STF definir políticas de memória do Estado.

10. Dentre as características fundamentais de arquivos, museus, bibliotecas, memoriais e centros de documentação, podemos listar:

- Apenas os museus necessitam provocar acesso à informação e oferecer recursos para o público.
- Diferente dos arquivos, as bibliotecas não fazem a guarda de nenhum tipo de material digital.
- Todos os documentos mantidos em arquivos e os centros de documentação são de natureza sigilosa.
- Apenas os memoriais e os museus possuem a missão de preservar a memória cultural, histórica e social de uma comunidade ou sociedade.
- **Todos esses espaços possuem a missão de preservar e difundir a memória cultural, histórica e social de uma comunidade ou sociedade.**

11. A respeito do termo de “soldada” podemos afirmar que o seu significado no escopo jurídico oitocentista é:

- Dispensa militar utilizada durante a Guerra do Paraguai.
- Autorização utilizada para treinamento no exército.
- Comprovante de registro militar utilizado no período imperial.
- Comprovante de registro militar utilizado no período colonial.
- **Pagamento por serviços prestados por órfãos.**

12. Para garantir a preservação de documentos em um arquivo permanente é necessário:

- Apenas acondicionar os documentos em caixas e guardá-los em estantes.
- Organizar os documentos, separando os mais deteriorados e enviá-los para a eliminação no intuito de evitar a contaminação por agentes biológicos no arquivo.
- Digitalizá-los e enviá-los para a eliminação, uma vez que a preservação digital é suficiente para a preservação das informações contidas neles.
- Nada precisa ser feito, visto que os papéis são resistentes às mudanças de tempo, sendo assim dispensável a sua gestão.
- **Criar uma política de preservação do acervo, visando estabelecer fluxos como a higienização, acondicionamento, guarda, vistoria e manuseio.**

13. Ao longo dos séculos a produção do papel variou, aperfeiçoando-se com novas técnicas e variedades de materiais que foram surgindo, principalmente após o século XVI. Desse modo, sobre os papéis produzidos no século XVIII é correto afirmar:

- Com a Revolução Francesa houve a proibição da produção de papel em toda a Europa, situação que encareceu a sua aquisição.
- **Restos de roupas eram utilizados para a produção de papel de trapo, cuja qualidade superior fez o seu uso ser recorrente até finais do século XIX.**
- O papel era importado da China, por causa da sua qualidade ser superior, dispensando a sua produção na Europa.
- No Brasil, o papel era produzido em moinhos no Rio de Janeiro e distribuído para toda a colônia, uma vez que a sua importação era proibida.
- O papel de fibras de madeira era usado na colônia, em virtude da abundância de árvores presentes na flora brasileira.

14. Qual das alternativas possui definições corretas a respeito de Arquivo Permanente,

Intermediário e Corrente?

- O Arquivo Permanente custodia documentos de valor histórico, cultural e/ou legal, por isso devem ser preservados, mas, não é necessário que seja dado acesso ao público.
- Os documentos mantidos em um Arquivo Corrente, por estarem em uso ativo e por serem frequentemente consultados ou utilizados nas operações diárias, não necessitam de nenhum tipo de gestão.
- O Arquivo Intermediário mantém documentos que são utilizados com muita frequência, por isso é necessário que seja pensado fundamentalmente com o objetivo de dar acesso rápido e fácil para o público.
- O Arquivo Corrente contém, em sua totalidade, documentos que não são de uso ativo e por não serem necessários para as operações diárias, raramente são consultados.
- **Os documentos presentes em um Arquivo Permanente possuem valor histórico, cultural e/ou legal, por isso devem ser armazenados em locais adequados visando à conservação e preservação deles e ao mesmo tempo em que seja capaz de fornecer acesso ao público.**

15. Em 2008, o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovou por aclamação, o registro do modo artesanal de fazer queijo-de-minas como patrimônio imaterial brasileiro. A prática do modo de produção desse produto milenar é uma das maiores expressões da chamada “mineiridade”. A produção artesanal de queijos de leite cru é uma atividade tradicional, enraizada no cotidiano de fazendas e sítios de Minas Gerais, e remete ao processo de ocupação desse território, durante os séculos XVII e XVIII. São exemplos de patrimônios imateriais brasileiros, exceto:

- O ofício das Baianas de Acarajé que consiste em uma prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia.
- Cachoeira de Iauaretê - Lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri que corresponde a um lugar de referência fundamental para os povos indígenas que habitam a região banhada pelos rios Uaupés e Papuri, reunidos em dez comunidades,

multiculturais na maioria, compostas pelas etnias de filiação linguística Tukano Oriental, Aruaque e Maku.

- O Frevo, uma expressão cultural musical, coreográfica e poética de caráter coletivo, embora não deixe de se expressar também em criações individuais.
- O Círio de Nossa Senhora de Nazaré, festejos, que envolvem vários rituais de devoção religiosa e expressões culturais, e reúnem devotos, turistas e curiosos de todas as partes do Brasil e de países estrangeiros, constituem um momento anual de reencontro e devoção.
- **Centro Histórico de Ouro Preto que corresponde a um sítio urbano completo e pouco alterado em relação à sua essência: formação espontânea a partir de um sistema minerador, seguido por uma marcada presença dos poderes religioso e governamental, e fortes expressões artísticas que se destacam por sua relevância internacional.**

16. A Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro. Foram consequências dessa mudança, exceto?

- **A garantia definitiva do cumprimento das políticas públicas de preservação patrimonial com colaboração da comunidade, não sendo necessária a criação de mais nenhuma legislação referente à temática.**
- A inclusão de outras formas de expressão como: os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- A possibilidade da inclusão de grupos indígenas, afro-brasileiros e outras culturas regionais, que muitas vezes eram marginalizadas.
- Implicou em uma maior responsabilidade do Estado e da sociedade em relação à preservação e promoção de seus próprios patrimônios.
- Alinhou o Brasil às tendências internacionais de valorização do patrimônio cultural,

principalmente em relação às convenções da UNESCO que tratam da proteção patrimonial.

17. No século XIX o Brasil começou a organizar os primeiros Códigos de Leis como nação independente, dentre eles o primeiro Código Criminal no ano de 1830. A respeito desse código assinale a alternativa incorreta.

- Ao mesmo tempo em que condenava à pena de morte os cativos insurgentes, os que praticaram homicídio ou roubo com morte, orientava um abrandamento dos castigos físicos aos escravizados.
- Seguiu as bases coloniais do latifúndio de caráter agroexportador com o trabalho escravo.
- **Foi responsável por extinguir a pena de morte no território brasileiro, ao mesmo tempo em que incluiu a pena de prisão perpétua.**
- O Código teve forte influência do Código Penal francês de 1810, refletindo as ideias iluministas da época, como a busca pela racionalidade e a ideia de que as penas deveriam ser proporcionais aos crimes.
- Foram considerados “justificáveis” crimes que fossem cometidos em defesa própria ou da família do delinquente.